

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 464/XV/1.^a

ACESSO A CUIDADOS DE SAÚDE NO CONCELHO DE PENICHE

O concelho de Peniche, situado no distrito de Leiria, tem cerca de 77km² e, segundo os censos de 2021, mais de 26 mil habitantes. A população deste concelho debate-se com um enorme problema de acesso a cuidados de saúde, sejam eles cuidados primários ou cuidados hospitalares. Isso mesmo tem sido denunciado pela Comissão de Utentes da Saúde do Concelho de Peniche que promoveu uma petição com milhares de assinaturas a exigir a resolução desse problema.

A população de Peniche está inserida na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) onde, em janeiro de 2023, existia mais de um milhão e sessenta e seis mil utentes sem médico de família, o que corresponde a mais de 25% dos utentes desta região. Igual percentagem se regista no Agrupamento de Centros de Saúde (ACeS) Oeste Norte, onde o concelho de Peniche se insere, e onde existem mais de 48 mil utentes sem acesso a médico de família num universo de cerca de 183 mil utentes.

Olhando especificamente para o concelho de Peniche, e de acordo com os dados constantes no BI dos CSP referentes a janeiro de 2023, podemos ver que na Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) mais de 35% dos utentes não tinha médico de família atribuído, existindo apenas 7 clínicos para 18.928 utentes inscritos e para 4 edifícios (edifício sede e três polos). Mesmo a USF Marés registava em janeiro de 2023 quase 20% de utentes sem médico de família. Estes são números que evidenciam a enorme carência de profissionais neste concelho, o que se traduz num entrave muito sério ao acesso a cuidados de saúde primários.

A estes problemas acrescem outros, nomeadamente a nível hospitalar. O hospital de Peniche está inserido no Centro Hospitalar do Oeste, que tem sido palco de inúmeros problemas relacionados com falta de profissionais e com um óbvio desinvestimento que o Governo está a fazer no SNS. Por exemplo, este Centro Hospitalar não tem conseguido

assegurar o funcionamento de serviços de urgência, por exemplo, os serviços de urgência geral e de urgência obstétrica nas Caldas da Rainha e o serviço de urgência do hospital São Pedro Gonçalves Telmo, em Peniche, que esteve totalmente encerrado em alguns dias do final do ano anterior.

Estas situações que aqui se relatam – e de que os utentes de Peniche se queixam – não são toleráveis. Não é tolerável que em 2023 exista mais de 25% de utentes de toda a região de Lisboa e Vale do Tejo sem médico de família, muito menos que isso número suba para 35% quando olhamos para a UCSP de Peniche. Estes números colocam em causa o direito à saúde de toda uma população e evidenciam a degradação do SNS que está a ser levada a cabo pelo Governo PS com evidentes consequências nefastas para os utentes.

De facto, não se consegue explicar nem justificar o aumento brutal de utentes sem médico de família e a inoperacionalidade do Governo. Os médicos de família existem e são todos os anos formados no SNS, mas o Governo insiste em políticas que fazem com que os concursos para contratação fiquem cada vez mais desertos. Ou seja, estamos a formar médicos, mas não os estamos a fixar no SNS. A consequência é que existem cada vez mais utentes sem médico de família, o que quer dizer que existem cada vez mais utentes com enormes dificuldades de acesso aos cuidados de saúde. No último concurso para contratação de especialistas em medicina geral e familiar não só foram abertas menos vagas do que concorrentes, como se manteve uma altíssima taxa de vagas desertas, nomeadamente nas regiões mais carenciadas.

Para construir um SNS mais forte e garantir o direito à saúde de todos os utentes é preciso não insistir nos mesmos erros. É preciso que o Governo não continue a mesma toada de não investimento nas condições de trabalho, de tornar o SNS não atrativo para a fixação de profissionais e de não fazer os investimentos que anuncia como aconteceu em 2022, ano em que 70% das verbas para investimento ficaram por executar.

O que é preciso fazer para que a população, seja a de Peniche, seja a de todo o país, tenha efetivo acesso à saúde é investir no SNS. Melhorar remunerações dos profissionais, abrir vagas para onde existem ficheiros de utentes a descoberto, criar incentivos à fixação e à exclusividade, incentivar a criação de USF A e B, investir de facto no nível hospitalar, contratar profissionais e apostar em contratar profissionais em vez de gastar milhões com prestadores de serviços. O que é preciso é garantir que os serviços funcionam de

forma permanente em vez de esquemas de encerramentos rotativos, como está a acontecer neste momento.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Abra, de imediato, concursos para médico de família, priorizando os locais onde existem ficheiros a descoberto;
2. Abra de imediato os concursos para contratação de médico de família para garantir plena cobertura à população do concelho de Peniche;
3. Para que os concursos referidos nos números anteriores não fiquem desertos o Governo revê a carreira e a remuneração dos profissionais e cria incentivos à fixação e à exclusividade no SNS;
4. Retire as barreiras à criação e evolução de unidades de saúde familiar, nomeadamente modelos A e B, e vede a possibilidade de privatização dos cuidados de saúde primários;
5. Invista nos cuidados de saúde de nível hospitalar, nomeadamente no centro Hospitalar do Oeste e no Hospital de Peniche, de forma que todos os serviços funcionem ininterruptamente, ao contrário do que tem vindo a acontecer;
6. Para efetivação do número anterior são contratados profissionais e adquirida tecnologia, sendo abertos imediatamente os respetivos concursos.

Assembleia da República, 14 de fevereiro de 2023.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Catarina Martins; Pedro Filipe Soares; Mariana Mortágua;

Joana Mortágua; Isabel Pires